

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.074 - RS (2019/0295852-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) - RS080025A  
**AGRAVADO** : SALAZAR FERRAZ SOUZA  
**ADVOGADOS** : AMIEL DIAS DE LUIZ - RS078403  
MAIQUE BARBOSA DE SOUZA - RS078171  
ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA - RS058535  
FRANCIELE BONHO RIEFFEL - RS095192  
JULIANA DA ROCHA FERREIRA - RS098382

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DE OFENSA A NORMA CONSTITUCIONAL. PORTARIAS E RESOLUÇÕES. ENUNCIADOS DE SÚMULAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 518/STJ. NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. INSTITUTO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. APELO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, EM PARTE, ANTE A APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE O STJ CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NESSE PONTO (CPC/2015, ART. 1.042). PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELO AFASTAMENTO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Banco do Brasil S.A., com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 400-401):

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.

AÇÃO REVISIONAL.

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TAC, TEC E TAXA DE RETORNO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DA APELAÇÃO DO BANCO. DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL.

Nos termos do art. 330 do Código de Processo Civil, nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito e esse valor deverá continuar sendo pago no tempo e modo contratados. Narrativa e fundamentação na petição inicial que apontam as matérias submetidas à apreciação judicial e o valor tido como incontroverso, não havendo falar em inépcia da petição inicial, na medida em que atendidas as exigências legais previstas no art.

320 do Código de Processo Civil. Preliminar rejeitada.

DA CARÊNCIA DE PRESUSPOSTOS PARA O AJUIZAMENTO DE DEMANDA REVISIONAL.

Preliminar que se confunde com o mérito e com ele analisada.

DA CAPITALIZAÇÃO. Vedada a capitalização de juros, porquanto inexistente comprovação de que o encargo foi expressamente pactuado.

DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. A falta do contrato juntado aos autos impede a cobrança de comissão de permanência.

DA COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

Revisado o contrato, admissível a compensação de valores e a repetição de indébito, modo simples, caso verificada a cobrança de valores indevidos.

DA APELAÇÃO DE AMBAS AS PARTES - PONTO QUE GUARDA RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS.

DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. Não tendo sido acostada aos autos a cópia da pactuação, os juros remuneratórios não podem ultrapassar a taxa média de mercado aplicada pelo BACEN para o período da contratação. Apelação do autor não conhecida no ponto.

DA APELAÇÃO DO AUTOR DA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E DE EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). Afastada pela sentença a cobrança da TAC e da TEC, inexistente interesse do autor em recorrer no ponto.

DA TAXA DE RETORNO. A inexistência de contrato juntado aos autos enseja o afastamento do encargo.

DA DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. Revisado o encargo no período da normalidade contratual, resta descaracterizada a mora da parte autora, nos termos do REsp. nº 1.061.530/RS.

DA TUTELA ANTECIPADA. Revisado o contrato no período da normalidade, resta fragilizada a mora, impossibilitando a financeira de inscrever o nome do autor em cadastros restritivos de crédito. Medida condicionada ao prévio depósito das prestações conforme parâmetros

definidos.

REJEITADA A PRELIMINAR. APELAÇÃO DO BANCO DESPROVIDA. APELAÇÃO DO AUTOR CONHECIDA EM PARTE E, NESTA, PARCIALMENTE PROVIDA.

Na origem, consta dos autos que o autor ajuizou ação em desfavor do Banco do Brasil objetivando a revisão do contrato de financiamento bancário firmado para aquisição de veículo, com garantia de alienação fiduciária, alegando o caráter abusivo dos encargos praticados pela instituição financeira.

O Juízo singular julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados, "para revisar o contrato ora analisado, para o fim de para afastar a incidência de capitalização, bem como comissão de permanência, fixar os juros remuneratórios à taxa média de mercado à época da contratação e juros moratórios em 1% ao mês e multa em 2%, condenando o réu à devolução dos valores cobrados em excesso, subtraindo-os, se for o caso, das parcelas vincendas, com a repetição simples do indébito caso exista crédito em favor da parte autora após a compensação dos valores, rejeitando os demais pedidos" (e-STJ, fl. 298).

Ambas as partes apelaram. O Tribunal de Justiça deu parcial provimento ao apelo da autora e negou provimento ao recurso do réu nos termos da ementa supracitada (e-STJ, fls. 399-423).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 426-465), o recorrente alegou violação aos arts. 6º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; 5º, XXXVI, da Constituição Federal; 1.079 e 1.080 do Código Civil de 1916; 422 do Código Civil de 2002, às Súmulas 294 do Superior Tribunal de Justiça e 121, 596 e 648 do Supremo Tribunal Federal; 4º, IX, da Lei 4.595/1964; e 6º, V, 42, parágrafo único, e 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, além de Resoluções oriundas do Banco Central.

Aduziu que a parte recorrida, quando assinou o contrato, era livre e capaz, tendo tomado conhecimento de todas as taxas e encargos financeiros, não sendo possível a modificação das cláusulas firmadas, tampouco a alegação de nulidade. Apontou ofensa aos princípios do ato jurídico perfeito, da prevalência do *pacta sunt servanda* e boa-fé. Insurgiu-se contra a limitação dos juros remuneratórios com base no CDC, afirmando que os

juros pactuados estão entre os menores do mercado.

Discorreu sobre a possibilidade de cobrança da comissão de permanência prevista no contrato celebrado entre as partes, além da legalidade da capitalização mensal dos juros. Teceu considerações a respeito do não cabimento de eventual condenação a repetição do indébito.

A decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não admitiu o processamento do recurso especial tendo em vista os recursos especiais repetitivos REsp 1.112.879/PR (Temas 233 e 234 do STJ), REsp 973.827/RS (Tema 246 do STJ), o REsp 1.388.972/SC (Tema 953 do STJ) e REsp 1.058.114/RS (Temas 52 do STJ), e quanto ao mais, deixou de admiti-lo ante os óbices das Súmulas 283 do STF e 83 do STJ (e-STJ, fls. 470-489).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 491-503 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, acerca da alegação de afronta aos preceitos constitucionais, é importante salientar que o recurso especial não é a via própria para a análise de ofensa a norma constitucional, matéria que é reservada ao Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação da Carta Magna.

Cabe esclarecer que o recurso especial não constitui via adequada para a análise, nem sequer reflexa, de eventual ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "Lei Federal", constante da alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

No que tange à violação do art. 6º da LINDB (antiga LICC), insta esclarecer

que, segundo a firme jurisprudência desta Corte, a discussão sobre a preservação do ato jurídico perfeito é matéria de ordem constitucional, razão pela qual é inviável sua apreciação em recurso especial.

Outrossim, é importante registrar que não cabe a este Tribunal apreciar ofensa a enunciado de súmula em recurso especial, uma vez que tal item não se insere no conceito de lei federal, previsto no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Com efeito, em juízo de admissibilidade, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não admitiu o processamento do recurso especial nos termos do art. 543-C, § 7º, I, do Código de Processo Civil/1973, tendo em vista que o posicionamento adotado pelo acórdão *a quo* encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior sedimentada em julgamento de recurso repetitivo em relação à discussão sobre a possibilidade de cobrança da capitalização de juros.

Quanto ao tema, é incabível a interposição do agravo previsto pelo art. 1.042, *caput*, do CPC/2015 contra decisão proferida pelo Tribunal de origem que, após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), nega seguimento ao recurso especial com base na conformidade da decisão recorrida com precedente do STJ estabelecido por ocasião do julgamento de recurso repetitivo.

Com efeito, a nova ordem processual vigente é expressa quanto ao descabimento de agravo, no caso, de modo que não há mais como afastar a pecha de erro grosseiro ao agravo interposto contra inadmissão de recurso especial que contrarie entendimento firmado em recurso especial repetitivo e, assim, determinar o retorno do feito ao Tribunal de origem para que o aprecie como agravo interno, consoante anterior orientação firmada pela Corte Especial no AgRg no AREsp 260.033/PR.

Assim, considerando que a decisão de inadmissão do recurso especial foi publicada já na vigência do novo Código de Processo Civil, não é possível o conhecimento do agravo em relação à citada insurgência.

Com isso, conclui-se que o agravo não pode ser conhecido, por ser incabível, na parte em que o recurso especial não foi admitido na origem, porque o acórdão recorrido

estava em consonância com precedentes do STJ em recursos especiais repetitivos.

No mais, consoante análise dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem, ao analisar a possibilidade de revisão de cláusulas livremente pactuadas, consignou os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 413-416):

Conforme o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a possibilidade de capitalização de juros, em periodicidade inferior a anual, restou admitida por ocasião do julgamento do REsp nº 973.827/RS, desde que obedeça a dois requisitos, quais sejam:

a) A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara.

superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada;

b) É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

Estas duas premissas, oriundas do julgamento do recurso especial acima referido, deram origem às Súmulas 539 e 541 do STJ, que assim dispõem:

Súmula 539. É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados cotei., Instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de, 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

Súmula 541. A previsão no contrato bancário de taxa - de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

Não tendo a instituição financeira trazido aos autos o contrato objeto da demanda revisional, desatendendo, assim, a determinação judicial constante às fls. 161, 168-168v. e 207, restou inviabilizado o exame das cláusulas pactuadas, conforme já referido, circunstância que desautoriza a incidência de capitalização de juros em qualquer periodicidade.

Em decorrência, nego provimento ao recurso da instituição financeira no ponto.

[...]

No caso em exame, não tendo sido acostado o contrato aos autos, não há como verificar a existência de pacto expresso acerca da cobrança de comissão de permanência, de modo que se impõe a confirmação da sentença também no ponto em que afastou a incidência do aludido encargo, determinando que, no período da inadimplência, incidam unicamente os juros moratórios de 1% ao mês (Súmula 379 do STJ) e a multa de 2% (art. 52, §1º, do CDC).

Desse modo, tendo o acórdão estadual afastado a capitalização mensal de

juros por ausência de expressa previsão contratual, não há como dissentir da referida conclusão sem proceder à análise das cláusulas contratuais e ao reexame do conjunto probatório, o que é vedado no âmbito do recurso especial, consoante as Súmulas 5 e 7 do STJ.

No tocante à compensação e à repetição do indébito, o acórdão confirmou a sentença consignando que, "não estando quitado o contrato, havendo créditos e débitos, e tendo sido declarada a ilegalidade ou abusividade contratual, deverá ocorrer a compensação dos valores apurados" (e-STJ, fl. 416).

Conforme se depreende, a solução adotada está em conformidade com o entendimento sedimentado na jurisprudência do STJ, nos termos do que dispõe a Súmula n. 83 desta Corte Superior, por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço em parte do agravo para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator